

A ESTRUTURA DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA E O PERFIL SOCIOECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE SALVADOR DAS MISSÕES – RS¹

THE STRUCTURE OF THE AGRICULTURAL PRODUCTION AND THE SOCIAL-ECONOMICAL PROFILE OF THE BOROUGH OF SALVADOR DAS MISSÕES-RS

Ivete T. Strieder² e César de David³

RESUMO

O trabalho analisa a organização espacial do município de Salvador das Missões/RS, sobretudo do meio rural, com vistas a reconhecer os principais problemas causas, conseqüências e apontar possíveis soluções. O município possui uma estrutura agrária baseada na pequena propriedade na qual está ocorrendo grave problema conseqüente das técnicas inadequadas empregadas para trabalhar a terra e insuficiência de políticas governamentais direcionadas a pequena propriedade.

Palavras-chaves: Estrutura Agrícola; Perfil Sócioeconômico; Salvador das Missões.

ABSTRACT

The study analyzes the special organization of the borough of Salvador das Missões-R.S., above all in the countryside, with the objective of recognizing the main problems, the causes, the consequences, and to pointing out possible solutions. The borough has an agrarian structure based on small properties that are suffering deep problems in consequence of inadequate techniques used to cultivate the land and insufficient governmental politics directed to small homesteads.

Key Words: Agricultural structure; Social-economical profile; Salvador das Missões-RS.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura está ligada à cultura, à história, às oportunidades e as restrições geográficas e ecológicas do local, assim como aos valores, conhecimentos, habilidades, tecnologias e instituições da sociedade rural.

O sistema de produção do estabelecimento agrícola é determinado pelo contexto biofísico e, também, pelas características socioeconômicas, culturais e políticas, sobretudo as ligadas à família.

Alguns processos que influenciam nos sistemas são: os contatos sempre maiores com as sociedades urbanas; o desenvolvimento dos meios de comunicação; a integração ao sistema comercial de mercado; o nível de educação dos componentes da família; a degradação do meio natural e as políticas governamentais dirigidas ao setor.

Os sistemas agrícolas não são estáticos, mudam ao longo das gerações, e mais rapidamente nas últimas

décadas, devido, principalmente, ao acelerado crescimento tecnológico e da comunicação. Quando ocorrem inovações no sistema é preciso que esteja claro o quanto isto o afetará, pois elas podem gerar efeito negativo.

Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a organização espacial do município de Salvador das Missões/RS, sobretudo do meio rural, com vistas a reconhecer os principais problemas enfrentados pela população e apontar soluções. Problemas comuns a um grande número de municípios da região noroeste do estado do Rio Grande do Sul que possuem um processo de colonização e desenvolvimento semelhante. Para atender ao objetivo foi aplicado um questionário em todas as unidades residenciais, do município entre os dias 01/04/1998 a 30/06/1998. Na pesquisa cada entrevistado pode, além de informar sobre a situação socioeconômica, identificar o setor onde estão os principais problemas e suas causas, além de sugerir alternativas para solucioná-los.

O município de Salvador das Missões está situado na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, distante da capital do estado 535 km. Tem sua posição estabelecida pelas coordenadas geográficas de 28° 10' de latitude sul e 54° 45' 30" de longitude oeste. A área do município é de 94,82 Km², com uma população total de 2.732 habitantes (Conforme questionário aplicado em 1998) distribuindo-se em 682 domicílios, sendo a população urbana composta de 414 habitantes ocupando 108 residências e a população rural de 2.318 habitantes dividindo-se em 574 residências.

2 HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL E A INTRODUÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NA REGIÃO NOROESTE DO ESTADO

O início da colonização estrangeira no Rio Grande do Sul ocorreu com o total apoio do governo Imperial. Desejoso de povoar o sul do território brasileiro para garantir a posse definitiva do mesmo, pois a região era palco de constantes conflitos entre o exército nacional e invasores (principalmente espanhóis) com interesse de expandir seus domínios a leste (BASTIDE, 1976).

Os primeiros grupos de estrangeiros receberam passagens pagas, propriedade de terras gratuitas, alguns animais, sementes, ajuda em dinheiro nos primeiros dois anos, naturalização com todos os direitos dos demais brasileiros. Isto acarretou em enormes

¹ Projeto de pesquisa financiado pelo FIPE -UFSM.

² Aluna do Curso de Geografia.

³ Orientador. Prof. M. Sc. do Depart. de Geociências, CCNE, UFSM.

gastos e o posterior corte de verbas para a colonização estrangeira, por parte do Governo. (ROCHE, 1969)

Em 1850 houve a criação da Lei de Terras (estabelecendo a compra como única forma de acesso à terra) elaborada pela aristocracia latifundiária, a qual temia a possível concorrência da nova classe produtora que estava se formando no sul do Império, principalmente no Rio Grande do Sul – os pequenos proprietários.

Até a adoção desta Lei de Terras a aquisição da terra sempre foi gratuita, desde a época anterior a colonização, quando o governo presenteava com enormes extensões de terra (as sesmarias), a quem era, a seu ver, merecedor, como soldados participantes de guerras e pessoas ligadas a corte. (CUNHA, 1991)

A introdução da pequena propriedade na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul ocorreu no processo de colonização desencadeado pelos primeiros imigrantes que chegaram ao estado gaúcho (alemães, em 1824), formando núcleos de economia agrícola (BASTIDE, 1976). Quase um século após, em 1906, teve origem o núcleo de Salvador das Missões.

No processo de colonização o tamanho das propriedades foi diminuindo “O lote rural (colônia) recebido pelo imigrante (o colono) não variou de tamanho: até 1851, era de 77ha; de 1851 a 1889 foi de 48,4ha, e de 1889 em diante passou a ser de 25ha” (BRUM, 1988). Por vários motivos, tais como: o interesse do governo de que o imigrante desenvolvesse a agricultura de subsistência - produção de alimentos; as atividades praticadas fossem desenvolvidas com a mão-de-obra dos próprios membros da família do proprietário, o que, em princípio não exigia grandes extensões de terra para o progresso das famílias; e também, dessa forma o governo evitava entrar em conflito com os estancieiros temerosos do poder que os colonizadores poderiam adquirir.

3 A INSTALAÇÃO DA PEQUENA PROPRIEDADE NO RIO GRANDE DO SUL

Para SINGER (1968), independentemente do período e local em que foram instaladas, todas as colônias passaram por três fases: a *primeira* baseada em uma economia de subsistência que sucedeu ao desmatamento e a organização da produção agrícola e de artesanato incipiente, importando manufaturados mínimos exigidos; na *segunda fase*, conjuntamente com a expansão da agricultura de subsistência ocorreu a produção de excedentes comercializáveis em troca de alguns produtos necessários ao consumo dos colonos e; na *terceira fase*, houve o surgimento de uma agricultura comercial especializada, em sincronia com a ampliação do mercado consumidor dos produtos coloniais que até a fase anterior se restringia a Porto Alegre, a partir de então, atingiu o centro do país. Segundo Singer (1968:169):

... esta evolução não ocorreu simultaneamente em todas as colônias, nem o período de tempo gasto em cada fase de desenvolvimento obedeceu a qualquer padrão pré-estabelecido ela foi-se dando na medida em que o sistema de comunicação se ia estendendo e atingindo as colônias, tendo em vista a rapidez com que o mercado para a produção colonial rio-grandense se expandia.

Acredita-se que a primeira fase tenha sido estendida por mais tempo nas chamadas “colônias velhas” fundadas antes da metade do século XIX e anteriores a Lei de terra, considera-se, também, que os colonos que chegaram posteriormente foram obrigados a pagarem por suas propriedades obrigando-se a produzir excedentes e vender ao mercado para adquirir recursos, livrando-se da dívida inicial. Neste contexto se enquadra o município de Salvador das Missões.

Inicialmente o desenvolvimento foi lento devido a dificuldade de comunicação, as terras cobertas por florestas, a falta de capital e a necessidade de sobrevivência. Assim, desde o início os problemas não se limitavam aqueles relacionados aos aspectos físicos, muitos tiveram que buscar crédito junto a comerciantes mais próximos, contraindo nova dívida, que era paga em valor de produto ficando dependente do comerciante que funcionava como banqueiro. (ORLANDO, 1994)

Devido as circunstância em que foi instalada a pequena propriedade no estado do Rio Grande do Sul se estabeleceu uma policultura baseada na variedade de produtos agropecuários, sempre e, em primeiro lugar, a produção daqueles mais consumidos na alimentação da família. De acordo com BRUM (1988:56):

Em cada propriedade rural, cultivada pelos membros da própria família, produzia-se grande variedade de produtos: milho, mandioca, trigo, arroz, feijão, cana-de-açúcar, erva mate, batata inglesa, batata doce, etc. ... Junto a residência da família ficava a horta, onde se produzia hortaliças, verduras, legumes, pomar. Assim, a maior parte das necessidades de consumo da família rural era atendida pela própria produção. Adquiria-se no comércio apenas o que não era produzido na propriedade.

A produção variada logo gerou excedentes, alguns produtos se adaptaram melhor ao local, despertando maior interesse da família ou ainda por que dispunham de condições para a comercialização.

O excedente produzido precisava de alguém que o levasse ao local de comércio (atravessador), pois as condições de transporte e as longas distâncias a serem percorridas, consumiam horas e às vezes dias no ir e vir, apareceu assim os comerciantes vindos de outros lugares e/ou algum colono vizinhos dispostos a comercializar os produtos, embolsando o valor resultante da diferença entre o preço pago ao produtor e aquele recebido na venda. Na volta sempre traziam, sob encomenda ou não, inúmeros artefatos necessários e não produzidos artesanalmente, cobrando pelos mesmos um preço estipulado, pois não havendo meios de comunicação o agricultor não tinha noção de preços praticados no mercado. Com o progresso da colônia, aumentava a produção e com ela prosperava o comerciante por ficar com a maior parte do lucro. Este processo dava o monopólio ao comerciante que com isso controlava a produção da colônia. De acordo com BRUM (1988: 58):

Nas cidades, bem como nas vilas e mesmo nos povoados mais ativos, prosperavam atividades artesanais e incipientes indústrias destinadas a produção dos objetos e artigos de uso mais comum da população, de acordo com os padrões tradicionais... .

Com o aumento da circulação de mercadorias promovidas pelos comerciantes, muitos produtos antes produzidos artesanalmente no local, foram sendo substituídos pelos industrializados provenientes de outros lugares, resultando na conseqüente falência de fabricantes locais. Somente alguns, com melhores condições, investiram no ramo, comprando máquinas importadas.

Com o crescimento industrial e comercial, melhoria das comunicações encurtando distâncias e colocando o agricultor mais próximo da fabricação do produto, o raciocínio lógico seria que o preço dos produtos manufaturado diminuísse com o desenvolvimento, mas não foi exatamente isto que ocorreu. Com a maior diversificação dos produtos e o crescimento dos meios de comunicação, mostrando as utilidades das novas tecnologias e criando necessidades na mentalidade do produtor rural, o proprietário tornou-se, cada vez mais, dependente do capital industrial. (MESQUITA & SILVA, 1988)

Em meio a esse processo capitalista exploratório surgiu no Rio Grande do Sul, em 1903, movimentos cooperativistas, como o Caixa Rural controlado pela Igreja Católica, que recebia depósitos e fazia empréstimos aos colonos sem fins lucrativos.

A partir de 1911 o movimento alastrou-se contando, então, com o apoio do governo estadual ao receber isenção de impostos. A partir daí mudou o método de funcionamento, iniciando a cobrança de juros baixos a prazo longo. A Caixa de Crédito Rural teve logo apoio dos agricultores, pois foi uma forma de escapar dos comerciantes. Estes, a muito tempo, vinham explorando e enriquecendo as custas dos trabalhadores rurais.

Com a aprovação dos agricultores, o passo seguinte foi a criação e construção de estabelecimentos (cooperativas de agricultores) de compra e venda direta de produtos coloniais aos grandes centros de consumo e inclusive exterior, livrando o produtor do atravessador.

A partir de 1930, com o programa desenvolvimentista do governo central, as cooperativas foram utilizadas pelo Estado para implantar programas voltados as áreas agrícolas.

A década de 1960 caracterizou-se por profundas mudanças econômicas, sociais e políticas e pela entrada de grande volume de capital estrangeiro através do estabelecimento de empresas multinacionais e do desenvolvimento rápido do capital privado, além da modernização da agricultura.

A modernização da agricultura no planalto gaúcho esteve, inicialmente, centrada na produção de trigo o qual desencadeou as profundas transformações nas técnicas de cultivo e manejo do solo, uma vez que antes os instrumentos utilizados eram simples. Segundo BRUM (1988:71):

Os instrumentos de trabalho utilizados eram simples:...para o desbravamento usava-se foice e machado, enxada e arado de tração animal para o preparo do solo e controle das ervas daninhas; máquina manual de plantar; foicinha de cortar trigo, arroz, etc...máquina manual de matar formiga; carroça e outros veículos de tração animal, para o transporte.

Agora passava a ser o trator, a colheitadeira, o arado de disco, o terraceador, o pulverizador, o caminhão.

Como fatores para a expansão do trigo em larga escala, ainda é BRUM (1988) quem esclarece:

(1) o objetivo governamental de buscar auto-suficiência na produção deste cereal, básico na alimentação, procurando livrar-se da dependência da importação;

(2) os interesses das corporações transnacionais norte-americanas de implantar o complexo agro-industrial, como forma de expandir seus negócios, através da criação de um mercado para insumos, máquinas e equipamentos agrícolas;

(3) Condições favoráveis, na região, para lavoura mecanizada e pessoas aptas em aceitar o desafio de levar avante os empreendimentos.

Quem primeiro se lançou à produção mecanizada não foi o agricultor tradicional, o pequeno produtor rural, e sim pessoas da cidade com algum tipo de vínculo com a agricultura: comerciantes, profissionais liberais, e pequenos industriais, os quais possuíam uma visão mais ampla dos negócios e habilidades para lidar com os bancos. Inicialmente arrendando terras e depois, também, adquirindo, tornaram-se os pioneiros na expansão da modernização da agricultura no planalto gaúcho.

O agricultor tradicional, não possuindo capital próprio e tendo aversão a contrair empréstimos junto aos bancos uma vez que isto implicava na hipoteca da terra, de início não se sentiu atraído pela triticultura. Somente a partir dos meados da década de 1960 ingressou no processo devido ao esgotamento do solo, da falta de capitais, do declínio da produção e da existência de incentivos apenas para o trigo. Deste modo, ingressar na monocultura do trigo com o reforço da soja em expansão tornou-se a alternativa viável, através dela se dava o acesso ao crédito bancário para a aquisição de máquinas modernas, insumos, recuperação do solo e ingressar na produção modernizada. Deste modo a pequena propriedade deixou sua policultura, (produção de alimentos diversificados para consumo interno, função primeira para a qual foi implantada no Rio Grande do Sul), para produzir predominantemente culturas empresariais.

As mudanças econômicas que ocorreram na época também se refletiram em muitas cooperativas as quais se transformaram em complexos comerciais e agro-industriais, com enormes investimentos em suas benfeitorias (silos, armazéns, caminhões, etc...).

Ainda, com o processo de internacionalização da economia brasileira (penetração das multinacionais no setor agrícola), na década de 1970, aparecem os conglomerados agro-industriais que vem concorrer com as cooperativas quebrando a hegemonia das mesmas. Essas agroindústrias se instalaram e iniciaram o trabalho junto aos trabalhadores rurais oferecendo recursos para a instalação (benfeitorias), depois fornecimento dos insumos, do início até o fim da produção, e no fim da operação a compra e industrialização do produto, dando sempre a garantia da venda do seu produto ao agricultor, processo feito pela cooperativa com a diferença que esta não garantia a compra da produção, pois dependia do mercado externo.

3.1 A Economia Agrícola da Zona Colonial.

Para SINGER (1968: 186) a economia agrícola da zona colonial entrou em decadência a partir da metade do século XX, tendo por base fatores de ordem endógena e exógena às unidades de produção. De ordem exógena cita a concorrência externa em vários mercados, como sendo o mais importante. Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, AS-PTA, (1994:8) cita outros fatores como:

- Na elaboração de políticas agrícolas de desenvolvimento, o governo discrimina a pequena propriedade.
 - Poucos recursos destinados a pequena propriedade.
 - Propriedade muito pequena.
 - Serviços agrícolas ineficientes.
 - Burocracia para aquisição de recursos.
 - Maior parte da tecnologia inadequada à pequena propriedade, a adequada não chega ao conhecimento do agricultor.
 - Insumos industrializados são muito caros, preços na venda da produção são baixos e comercialização instável.
 - Poder aquisitivo dos consumidores urbanos é baixo, o que limita a expansão do mercado interno e reduz os preços.
 - As restrições, protecionismo e subsídios impostos pelos países desenvolvidos dificultam a exportação e estimulam as importações de alimentos a preços subsidiados, prejudicando os produtores nacionais.
- Transferência de recursos do setor rural-agrícola para o setor urbano industrial.

O desenvolvimento da agricultura, sempre recebeu influência do governo, quer federal, quanto estadual ou local, sendo, muitas vezes, decisivo para seu progresso ou estagnação, pois através das políticas direcionadas para determinados setores, conforme o interesse dos grupos sociais dominantes. (DINIZ, 1984)

4 PERFIL SÓCIO-ECONÔMICO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE SALVADOR DAS MISSÕES - RS

A atividade básica da população tem sido a agropecuária, sendo este setor responsável por 77,99% do total das contribuições no Município, de acordo com a Tabela 1

Tabela 1 - Contribuições setoriais - 1996

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	(%) SUB-TOTAL
Agropecuária	1 890 190,55	77,99%
Indústria	161 926,48	6,68%
Comércio	327 516,03	13,51%
Serviços	43 940,36	1,82%
TOTAL	2 423 573,44	100,00%

Fonte: Dados do questionário, 1998.

A agropecuária é desenvolvida sobre uma estrutura fundiária de pequenas propriedades, possuindo 574 famílias de agricultores produtores distribuídos em uma área média de aproximadamente 16,31ha cada uma das unidades familiares. Portanto, pequenos produtores que trabalham em regime familiar, conforme a Tabela 2.

A área média cultivada com culturas anuais é de 12 hectares. Este tamanho reduzido da propriedade é causa do maior problema enfrentado pelos filhos dos agricultores, o difícil acesso a terra.

Tabela 2 - Tamanho das propriedades rurais.

NÚMERO DE HECTARES	NÚMERO DE FAMÍLIAS
Nenhum	142
Até 10 ha	183
Até 20 ha	202
Mais que 20 ha	47
TOTAL	574

Fonte: Dados do questionário, 1998

Existem hoje no município 142 famílias que não possuem terra, repartindo as já pequenas propriedades dos pais, não permite a sobrevivência.

A falta de terra resulta no desemprego, na época em que foram realizadas as entrevistas 170 pessoas estavam procurando emprego. As possíveis ocupações são mencionadas na Tabela 3.

Tabela 3 - Funções que poderiam ser desempenhadas pelos desempregados.

FUNÇÕES	Nº DE PESSOAS
Babá, Pedreiro, Carregador, Comunicação, Recepcionista	5
Costureira	2
Merendeira	2
Faxineira	3
Magistério	4
Doméstica	5
Agricultura	6
Agentes de saúde	8
Computação	9
Escritório	13
Operador de máquinas (indústria)	14
Serviços gerais	18
Motorista	23
Comércio	24
Qualquer emprego	34
TOTAL	170

Fonte: Dados do questionário, 1998.

Pode-se perceber que as funções que desejam desempenhar, na sua maioria, não exigem curso superior.

De acordo com os dados levantados, Tabela 4, a população na sua maioria não está preparada para enfrentar mercado de trabalho fora da agricultura. Encontra-se aí o problema da não qualificação da mão-de-obra, embora havendo vagas em oferta com exigência de escolaridade, poucos desempregados do município podem ocupá-las.

Tabela 4 - Grau de escolaridade (população acima de 6 anos de idade).

GRAU DE ESCOLARIDADE	PESSOAS
1º grau incompleto	1485
1º grau completo	206
2º grau incompleto	116
2º grau completo	160
3º grau incompleto	22
3º grau completo	27
TOTAL	2016

Fonte: Dados do questionário, 1998.

A solução sugerida para esse problema, pelos agricultores, seria um crédito fundiário para que os jovens possam adquirir terras e evitar o problema do desemprego.

Encontra-se aí o problema da não qualificação da mão-de-obra, embora havendo vagas em oferta com exigência de escolaridade, poucos desempregados do município podem ocupá-las.

A solução sugerida para esse problema, pelos agricultores, seria um crédito fundiário para que os jovens possam adquirir terras e evitar o problema desemprego.

Encontra-se aí o problema da não qualificação da mão-de-obra, embora havendo vagas com exigência de escolaridade, poucos desempregados do município podem ocupá-las.

A solução sugerida para esse problema, pelos agricultores, seria um crédito fundiário para que os jovens possam adquirir terras e evitar o problema do desemprego.

Conicionados ao relevo de uma topografia pouco acidentada permite a mecanização nas atividades agrícolas em 85% da área o que foi fator fundamental da intensa mecanização no município, e suas conseqüências, como o endividamento com as compras das máquinas, o que canalizou, por vários anos, todos os lucros para este fim, o agricultor deixava de investir na compra de terras, escola dos filhos e no bem estar geral da família para pagar as dívidas, chegando alguns a perder suas terras para o sistema financeiro.

A intensa mecanização teve outras conseqüências, como, o emprego indevido do maquinário que resultou na compactação e erosão do solo diminuindo a produtividade, ainda, favoreceu, na região, o binômio trigo e soja, pois as outras culturas exigiam maior trabalho manual.

Com o binômio trigo e soja vieram os insumos que são utilizados desde o preparo do solo até a colheita. Esses insumos são produtos industrializados, consumidos, pela unidade de produção aumentando seu custo, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Custo da lavoura de soja de um ha. (Plantio direto na palha). Custos do mês de fevereiro de 1999.

PRODUTOS UTILIZADOS	GASTOS EM REAIS
Fertilizantes (calcário, adubo)	60,00
Herbicidas	60,00
Inseticidas	15,00
Custo Terra	30,00
Custo mão-de-obra	60,00
Custo máquinas	54,00
Combustíveis	24,00
Sementes	40,00
TOTAL	339,00

Fonte: Dados fornecidos por engenheiro. agrônomo. da DEFENSA (Revenda de defensivos agrícolas), escritório de São Borja, responsável pela região oeste do estado do Rio Grande do Sul.

Existem hoje somente 202 tratores para 574 agricultores, sendo este o instrumento considerado fundamental para o desenvolvimento de uma propriedade, a causa é a falta de recursos para aquisição de máquinas e implementos novos e para a manutenção adequada das sucatas, tornando-se impossível a recuperação dos mesmos.

Alguns fatores que contribuíram para a solução desse problema seriam linhas de crédito especiais e viáveis para aquisição e reforma de máquinas, sendo que os recursos do PRONAF ainda são considerados de juro muito elevado; associações de agricultores para compra, em conjunto, de máquinas agrícolas; a ampliação da assistência técnica prestando informações

sobre tecnologias viáveis, financeiramente, à situação do pequeno proprietário e apropriadas à pequena propriedade.

O preço atual da saca de soja é de R\$ 15,00, a produção média é de 25 sacas /hectare. Tendo um gasto de R\$ 339,00 ou 22,6 sacas para produzir 1 hectare, o agricultor terá lucro de 2,4 sacas/hectare ou R\$ 36,00/hectare plantada. Considerando, a área média cultivada com soja, pelos agricultores de Salvador das Missões, sendo de 12ha, o produtor terá, por ano, um rendimento de R\$ 432,00.

A maior parte da produção é vendida à COOPEROQUE, que atua na compra de soja, milho, trigo e suínos; comercialização de insumos, medicamentos veterinários, ferramentas, tecidos, confecções e produtos alimentícios. A cooperativa tem sede no município de Salvador das Missões e recebe produtos dos municípios de Cerro Largo, São Pedro do Butiá, Campina das Missões, Roque Gonzales e Rolador. Em torno da mesma gira a maior parte do comércio local, exercendo uma certa forma de monopólio, não deixando nenhum concorrente se desenvolver dentro do município, sendo que além dela há em todo município 14 mini-estabelecimentos comerciais conforme a Tabela 6.

Tabela 6 - Estabelecimentos comerciais de Salvador das Missões excluindo a cooperativa

TIPO DE PRODUTOS COMERCIALIZADOS	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS
Insumos Agropecários	2
Mini-Mercados de produtos alimentícios	4
Loja de confecções	3
Venda de imóveis e eletrodomésticos	2
Lancherias	3
TOTAL	14

Fonte: Dados do questionário, 1998.

Em todas elas, com exceção da cooperativa, trabalham somente a família do dono, se tivessem recursos para ampliação, gerariam empregos para pessoas fora da unidade familiar.

Além da soja e do trigo são cultivados o aipim, a cana de açúcar, o feijão, a batata inglesa, milho, frutas e verduras, somente para a subsistência e trato de animais domésticos, pois segundo os agricultores é muito arriscado plantar em grande quantia, por vários fatores, como: não possuir garantias de venda da produção (quando consegue vender os preços mínimos são aquém dos custos de produção) poucos conhecimentos e práticas de comercialização; distância dos centros consumidores gerando custos altos com transporte; os intermediários ficam com a maior parte dos lucros; baixo poder aquisitivo da população que gera vendas reduzidas no comércio e indústrias existentes; falta de agroindústrias para a industrialização do produto o que eliminaria intermediários, e ainda, porque os produtos industrializados possuem mais mercado.

A solução para esses problemas é a instalação de agroindústrias. Com a falta de recursos, para que estas se concretizem, uma alternativa seria a formação de associações. As agroindústrias são incentivadas pela assistência técnica e extensão rural, Secretaria Municipal da Agricultura, sindicato dos Trabalhadores

Rurais e Igreja Católica. E ainda, o agricultor se vê obrigado pela exigência das políticas especiais de fornecimento de créditos à agricultura familiar, sendo que as mesmas só liberam verbas para associações e não mais individualmente. Entretanto, para a formação dessas associações o agricultor enfrenta individualismo e o pouco conhecimento sobre formas associativas o que precisa ser superado.

Quanto a pecuária, a suinocultura sempre ocupou um lugar de destaque, porém nos últimos anos, a criação de gado leiteiro se sobressai, devido ao alto custo da alimentação dos suínos, produzida em indústrias e não pelo produtor e, também, pela quantia de produto consumido sendo que o suíno é criado em estado de confinamento, enquanto que o gado leiteiro é alimentado com pastagens produzidas na propriedade, sem muito investimento, e sem precisar receber os cuidados permanentes. A pecuária leiteira sobressai também porque a indústria do leite não é tão exigente quanto a da carne suína, no que se refere a alimentação do animal. Mesmo vendendo o litro de leite por R\$ 0,19 centavos de reais, quando deveriam custar R\$0,30 centavos de reais para cobrir os custos de produção. Os produtores ainda acham mais vantajoso vender leite do que carne suína. A média de produção por vaca é de três litros/ordenha e a média diária de venda por produtor é de 30 litros.

O produtor não recebe o suficiente para cobrir os custos, conseqüentemente não tem condições de fazer novos investimentos e aumentar a produtividade.

O maior problema deste setor, também, está na comercialização "in natura" do leite e da carne, o mesmo que ocorre com os hortifrutigrangeiros. A solução seria a industrialização do produto pelo próprio agricultor, para isto precisa de informações sobre o processo de industrialização de cada produto. Essas informações podem ser fornecidas através de cursos oferecidos por órgãos/entidades do governo no município e centro de treinamento de apoio a agricultura familiar, e ainda, a adequação das escolas à realidade do meio rural.

Existem hoje cinco escolas no município, que atendem ao todo 618 alunos, conforme a Tabela 7.

Estas escolas poderiam colaborar em muito na melhoria da qualidade de vida das famílias e no desenvolvimento do município, mas, o problema relatado pela população é que o ensino não está voltado ao meio rural, não prepara o jovem para permanecer no meio rural. As alternativas que solucionariam o problema seriam a reforma do currículo escolar com disciplinas voltadas para as explorações agropecuárias, pequenas agroindústrias para o ensino prático e professores com capacitação técnica.

Ainda foram levantados problemas relacionados a área da saúde, saneamento básico e habitação, tanto na área rural como urbana.

Na área da saúde foram relatados problemas como o restrito trabalho de saúde preventiva; inexistência de unidade hospitalar no município, o que obriga a população procurar atendimento nos municípios vizinhos; a alimentação deficiente ou inadequada, no planejamento das refeições a maioria das famílias não observa os quatro grupos alimentares necessários, a alimentação é a base de cereais, raízes e carnes gordurosas.

Destacam-se algumas alternativas que poderiam resolver o problema como a intervenção da prefeitura; treinamento e contratação de agentes de saúde nas comunidades; ampliar e equipar o posto de saúde e, no que se relaciona a inadequada alimentação, isto poderia

ser resolvido com cursos de preparação de alimentos algo que também poderia ser incluído no currículo das escolas.

Tabela 7 - Escolas do município de Salvador das Missões.

NOME DA ESCOLA	LOCALIZAÇÃO	ALUNOS
Escola Estadual de 1º e 2º Graus João de Castilhos	Sede do Município	325
Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Egon Hoff	Vila Santo Antônio	24
Escola Municipal de 1º Grau São Nicolau	Vila Caraguatá	97
Escola Municipal de 1º Grau Padre Afonso Rodrigues	Vila Santa Catarina	146
Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Romano Heizmann	Esquina Faxinal	26
TOTAL	5	618

Fonte: Dados do questionário, 1998.

No setor de saneamento básico os principais problemas, tanto do meio rural como o do urbano são a falta de instalações sanitárias em 4% das residências; a falta de limpeza regular da caixa de armazenamento de água (em 105 residências a limpeza é feita de dois em dois anos ou, às vezes, num período ainda maior, quando deveria ser feita semestralmente); O destino do lixo doméstico (em 148 casos é depositado a céu aberto).

Prováveis alternativas para resolução dos problemas seria um programa municipal para distribuição de lotes e ajuda na infra-estrutura, programas de habitação federal, estadual e municipal e mutirões habitacionais.

Constatou-se, através da análise realizada, que uma das principais causas dos problemas, tanto da população urbana quanto da população rural é que o setor agropecuário não é considerado prioridade pelo governo federal, há falta de incentivos, inexistência de uma política agrícola definida, e o crédito é considerado de custo elevado e muito burocratizado, inviável para os micros produtores. Pois no que se refere aos principais problemas citados, pode-se perceber que alguns são conseqüências, diretas da pobreza do setor agropecuário, e também, devido a falta de investimento por parte da prefeitura, que cuja atuação encontra-se limitada em função da carência de verbas para investimentos pois a pequena produção e comercialização no município reduz o retorno de impostos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As possíveis soluções para os problemas, são, a educação do agricultor, a aquisição de tecnologias adequadas e a organização em associações. A organização dos agricultores em associações para aquisição de insumos, maquinário, investimento em agroindústrias, entre outros, tende a afastar o agricultor da dependência de políticas de crédito governamental, dos empréstimos bancários e dos altos juros cobrados pelo sistema financeiro.

As associações promovem troca de experiências, informações e fazem com que o produtor tenha condições financeiras para adquirir novas tecnologias e, conseqüentemente, aumentar sua produtividade.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASPTA- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa. *Agricultura Familiar: Uma Opção Para o Brasil*. RJ: ASPTA, 1994.
- _____. *Agricultura para o Futuro: uma introdução para a agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos*. Rio de Janeiro: ASPTA, 1994.
- BASTIDE. R. *Brasil, Terra de Contrastes*. São Paulo: DIFEL, 1976
- BRUM, A. J. *O Desenvolvimento Brasileiro* Petrópolis: VOZES, 1982.
- _____. *A Modernização da Agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: VOZES, 1988.
- CARVALHO, J. C. M. de. *O Desenvolvimento da Agropecuária brasileira: da Agricultura Escravista ao Sistema Agro-industrial*. Brasília: EMBRAPA-SP, 1992.
- CUNHA, J. L. *Os Colonos Alemães e a fumiicultura Santa Cruz do Sul*. Rio Grande do Sul 1849-1881. Santa Cruz do Sul: FISC, 1991.
- MESQUITA. O. V. & SILVA. S. T. *A Agricultura Brasileira: Questões e Tendências*. Rio de Janeiro: IBGE, 1988.
- ORLANDO, A. L. *Pequena Propriedade e Agroindústria*. Cascavel: UNIOESTE, 1994.
- PNUD *Uma Nova Assistência Técnica e Extensão Rural Centrada na Agricultura Familiar (Proposta)*. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Workshop Nacional, 1997.
- ROCHE, J. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, V. I - II, 1969.
- SINGER, P. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Nacional, 1968.